

## DIÁLOGOS INSPIRADOS EM CAROLINA MARIA DE JESUS: DECOLONIALIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) DE CIÊNCIAS

Dionia Eli Dorneles\*  
di.dorneles@hotmail.com  
Patrícia Montanari Giraldi\*\*  
patriciamgiraldi@gmail.com

11

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar possibilidades de diálogos sobre decolonialidade na Formação de Professoras(es) de ciências e biologia a partir de duas obras literárias de Carolina Maria de Jesus - *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Diário de Bitita*. Para isso apresentamos alguns conceitos desenvolvidos pela perspectiva teórica do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), cujos estudos vêm inspirando aproximações e diálogos com a educação brasileira. Em um segundo momento apresentamos trechos das obras da escritora, tecendo relações com decolonialidade e formação de professoras(es) de ciências e biologia. Acreditamos que a perspectiva de trabalho com literatura aqui apresentada, pode contribuir para suscitar diálogos sobre justiça social, racismo, papel social da educação, decolonialidade e questões socioambientais na formação de professores de ciências e biologia.

**Palavras-chave:** formação de professores; literatura; decolonialidade.

### 1. INTRODUÇÃO

É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco[...] Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2018, p. 64)

Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914 em Sacramento/MG. Nascida em uma família pobre, frequentou a escola até a segunda série do ensino fundamental e conheceu desde a infância as agruras do racismo, da fome e de outras violências pelas quais passou em sua condição de mulher, mãe solo, negra e pobre. A leitura e a escrita foram suas companheiras de vida e sua voz e existência subalternizadas ecoaram e propagam ainda hoje seu nome e sua história. Carolina, ou *Bitita*, como acreditava ser o seu nome na infância, se tornou conhecida nacional e

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil.

\*\* Doutora em Educação Científica e Tecnológica. Professora do Centro de Ciências da Educação/ Departamento de Metodologia de Ensino- Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica- PPGECT Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil.

internacionalmente quando seus diários, escritos entre os anos de 1955 e 1960, tornaram-se o livro *Quarto de Despejo- diário de uma favelada*<sup>1</sup>.

O livro, que contém relatos de seu cotidiano na extinta (desapropriada) favela do Canindé em São Paulo, onde residia e sobrevivia com os três filhos, catando papel pelas redondezas, logo se tornou conhecido e aclamado pela mídia. No entanto, embora o sucesso de suas narrativas tenha lhe proporcionado acessar uma vida mais confortável, longe da favela a qual descrevia como o *quarto de despejo* da cidade, não foi suficiente para romper com os padrões sociais impostos, que continuaram a empurrá-la para a periferia da vida. A voz subalternizada de Carolina teve vez enquanto a pobreza em que vivia instigava a curiosidade alheia sobre a vida na favela. Localizar Carolina Maria de Jesus como uma escritora da favela é reduzir a potência literária de sua escrita à experiência empírica de moradora do Canindé. Para Coronel (2018),

A compreensão da escritora como “porta-voz” da favela é inapropriada, porque Carolina é porta-voz apenas de si mesma, suas anotações são relatos pessoais do seu cotidiano [...] (CORONEL, 2018, p. 116).

Teria sido a sua voz autorizada ou negada? A escritora, que publicou quatro livros em vida<sup>2</sup> e teve seis obras póstumas<sup>3</sup> publicadas, é ainda, muitas vezes, apresentada como *iletrada*, condição pretensamente justificada pelo pouco contato que teve com o estudo formal (MULLER & ROSA, 2018). Ao que parece, também teve negado por muito tempo o seu lugar na literatura brasileira. Morreu em 1977, longe dos holofotes da fama, mas sua voz, sua força e sua história, ecoam mais vivas do que nunca. Suas obras - em especial *Quarto de Despejo e Diário de Bitita* - marcadas tanto pelas amarras da colonialidade, em suas denúncias, quanto por traços de decolonialidade, em seus anúncios, representam materiais riquíssimos para suscitar diálogos e reflexões sobre justiça social, racismo e educação.

Uma mulher singular, negra, corajosa, que sabia de onde falava, e que fez da escrita uma forma de anunciar/denunciar sua subalternidade. Uma mulher que realizou dois de seus sonhos: ser escritora e formar sua filha, Vera Eunice, professora, pois via na educação a única forma do(a) pobre acessar e ocupar um/seu espaço na sociedade.

---

<sup>1</sup> Carolina mostrou seus diários para o jornalista Audálio Dantas quando este fazia uma matéria sobre a favela do Canindé, onde morava a escritora. Interessado pela história de Carolina e pelo potencial comercial dos relatos, Audálio apadrinhou publicações de trechos dos diários em jornais locais em 1958 e 1959. Em 1960, os diários compuseram o livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, trazendo notoriedade à escritora.

<sup>2</sup> Os livros são: *Quarto de Despejo- diário de uma favelada* (1960), *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1963).

<sup>3</sup> Os livros são: *Diário de Bitita* (1982), *Um Brasil para Brasileiros* (1982), *Meu Estranho Diário* (1996), *Antologia Pessoal* (1996), *Onde Estaes Felicidade* (2014), *Meu sonho é escrever – Contos inéditos e outros escritos* (2018)

É esta escritora e sua literatura que nos inspira a refletir sobre decolonialidade. Compreendemos que a leitura é processo de produção de interpretações que se dá à luz de nossas próprias histórias de leituras. Assim, o leitor tem papel ativo na constituição daquilo que lê, atribuindo-lhe sentidos que estão além do texto. A partir dessas premissas sobre leitura e leitores temos trabalhado indicando possibilidades de interlocução entre literatura e formação docente em Ciências Biológicas em perspectiva decolonial. Por isso, em um primeiro momento, apresentaremos alguns conceitos sobre decolonialidade a partir dos estudos do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), para, a seguir, propormos possibilidades de diálogos sobre o tema a partir das obras: *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* e *Diário de Bitita*.

## **2. DE(COLONIALIDADE): ALGUNS CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**

No contexto latino-americano, formou-se no final dos anos de 1990, um grupo de pesquisadores(as) da perspectiva teórica Modernidade/Colonialidade (M/C), composto por intelectuais de diversas áreas, cujos estudos vêm inspirando aproximações e diálogos com a educação brasileira. Estes(as) intelectuais, realizam um movimento epistemológico defendendo a ideia de decolonialidade - epistêmica, teórica e política - como forma de compreender e atuar em um mundo marcado pela presença e permanência da colonialidade global, tanto na vida pessoal quanto coletiva (BALLESTRIN, 2013). Fazem parte deste grupo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, entre outras(os).

Para nos aproximarmos do termo decolonialidade, é interessante, a priori compreender outros dois termos: *colonialismo*, que se refere à uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo exerce poder sobre outro povo ou nação; e *colonialidade*, um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo, e que ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere a forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações subjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça (MALDONADO-TORRES, 2007). Em outras palavras, colonialidade é um modo mais geral de dominação do mundo atual, transcendendo as particularidades do colonialismo histórico e permanecendo, através do *mito da modernidade*, como forma colonial de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais (DUSSEL, 2005).

É a partir dessa perspectiva que o grupo M/C desenvolve seus estudos, na tentativa de compreender e explicitar as amarras coloniais que estruturam uma hegemonia em torno da construção de conhecimento ocidental, produzido para ser único, verdadeiro e universal. Para

além disso, o grupo apresenta proposições epistemológicas que visam romper com essa lógica hegemônica, apresentando possibilidades para a construção e o reconhecimento de outras epistemês, teorizadas a partir do sul global.

O termo decolonialidade deriva de uma perspectiva teórica de possibilidades de pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista, visibilizando as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, de suas práticas sociais, epistêmicas e políticas. Implica, partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber (WALSH, 2009). Faz parte dessa perspectiva também, contrapor-se às tendências acadêmicas euro centradas (dominantes) de construção de conhecimento histórico e social.

As principais proposições epistemológicas do grupo M/C giram em torno do questionamento da *geopolítica do conhecimento*, ou seja, de como a Europa utilizou e utiliza seu poder político sobre os territórios para legitimar seus conhecimentos universalmente. Essa configuração, invisibilizou(a) e silenciou(a) sujeitas(os) que produzem conhecimentos fora dessa redoma hegemônica colonial (MALDONADO-TORRES, 2008). Desta problemática, deriva o entendimento de que a colonialidade sustenta o *mito da modernidade*, conceito desenvolvido pelo grupo, o qual discute também *colonialidade, racismo epistêmico e pedagogias decoloniais*.

Faremos uma breve apresentação de cada um destes conceitos, buscando aproximações com a formação de professoras(es) de ciências e biologia. Para o grupo M/C, a *modernidade* é um *mito* inventado pela Europa para estabelecer na América Latina - dominada, explorada e encoberta - sua racionalidade universalmente, como um novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião (DUSSEL, 2005).

A modernidade foi instituída como forma de saída da humanidade de um estado provinciano (irracional), encontrado nas colônias, para uma forma mais desenvolvida e superior de civilização. A Europa, representando o que havia de mais moderno termos de civilização, exigia que todos os outros povos se adequassem ao seu modo de vida. Se os povos "primitivos" resistissem a este modelo, violências entendidas como necessárias para destruir os obstáculos à modernização, ficavam autorizadas (DUSSEL, 2005).

Deste cenário faz parte também, a compreensão de ciência imposta aos povos colonizados, a qual fundamenta-se no entendimento de que há apenas uma autorizada e válida: a europeia. Embora passados muitos séculos, a colonialidade encarrega-se de proteger este *status*, invisibilizando e inviabilizando questionamentos a essa construção de conhecimentos. Sem reconhecermos essa colonialidade nas licenciaturas em Ciências Biológicas, contribuimos para a manutenção desse modelo e o reforçamos por meio de nossas práticas pedagógicas. Por isso, os

estudos decoloniais nos ajudam a questionar essa hegemonia epistêmica e a reconhecer outras/novas epistemologias, podendo assim contribuir para a formação docente.

A *colonialidade*, segundo o grupo M/C, configura-se então como um padrão de poder mundial que alimenta essa hegemonia, sendo sustentada principalmente pelo capitalismo e pela *ideia de raça*. A codificação das diferenças entre colonizadores (exploradores) e colonizados (explorados) na ideia de raça, estabeleceu-se a partir de "uma suposta estrutura biológica que situava a uns em uma situação natural de inferioridade em relação a outros" (QUIJANO, 2005), constituindo-se assim, como principal elemento das relações de dominação que a "conquista" exigia.

Para o mesmo autor, a racialização, foi uma maneira de legitimar as relações de dominação impostas durante a exploração dos territórios (QUIJANO, 2005). Dito de outra forma, foi uma elaboração teórica com o propósito de naturalizar as relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. A colonialidade, portanto, se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para trabalhos acadêmicos, no senso comum, na autoimagem dos povos e nas aspirações dos sujeitos (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Para Quijano (2005), é a ideia de raça que redefine todas as outras formas de desigualdade, interferindo também na produção epistêmica hegemônica, produto da dominação histórica de alguns grupos sobre outros. Episteme essa que desde o século XV tem duas fontes principais: uma *religiosa*, pautada pela noção razão/natureza onde o ser humano explora a natureza por reconhece-se superior à ela; e outra *biológica*, pautada na racialização, onde um grupo de seres humanos explora outros grupos que considera inferiores.

A ciência está envolvida na construção da ideia de raça, e precisamos, portanto, problematizar seus discursos. Não se trata de questioná-la no sentido de atacá-la, anulá-la e/ou invalidá-la, posto que reconhecemos muitas de suas contribuições. Significa questionar a forma hegemônica como foi estabelecida, abrindo assim, possibilidades para o diálogo com a valorização e o reconhecimento de outras histórias, outros conhecimentos e saberes silenciados pelas relações coloniais.

No Brasil, os currículos das licenciaturas em Ciências Biológicas bem das escolas, acreditamos, preservam ideias coloniais de ciência e de educação, pautadas em narrativas eurocêntricas de grandes descobertas (individuais) e que silenciam outros povos, outras culturas e outras epistemes. Nossa ciência, majoritariamente branca e masculina, instaura sua hegemonia em sociedades plurais, não contempladas em um único padrão. Esses processos produzem e mantém o que Quijano (2005), chama de *colonialidade do poder, do saber e do ser*, mantendo os povos colonizados reproduzindo uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento, que se torna mundialmente hegemônica e sobrepõe-se a todos os outros conhecimentos e saberes

locais existentes, ferindo inclusive as identidades dos povos. Essa lógica, ao que parece, firma-se em países colonizados (explorados) pelo norte global em geral e encontra nos currículos e manuais escolares, formas de se estabelecer.

Em Timor-Leste, por exemplo, o manual didático analisado por Cassiani (2018), expressa características coloniais, sustentadas por um olhar ocidental para a construção de conhecimentos em uma realidade sociocultural muito particular, desconsiderando os conhecimentos locais e impondo barreiras ao diálogo de saberes. Este *racismo epistêmico*, outro conceito do grupo M/C, invisibiliza a existência de outras epistemologias, sustentando a ideia de que o ocidente é o único continente autorizado a teorizar conhecimentos, excluindo assim, epistemes de outras regiões e culturas (MALDONADO-TORRES, 2008).

Parece-nos redundante dizer que a Biologia, bem como seu ensino e licenciaturas, estruturam-se também nesse pensamento hegemônico, algo que podemos observar em nossas metodologias de pesquisa, nos conteúdos curriculares privilegiados, nos materiais didáticos e nas avaliações educacionais em larga escala - quase todas(os) seguindo modelos do norte global e longe de atenderem demandas que são nossas. Os estudos decoloniais, em nosso entendimento, podem contribuir questionamentos às essas estruturas hegemônicas e possibilitar condições para problematizações, reflexões, diálogos e proposições outras tanto para a pesquisa em educação quanto para a formação docente e o ensino de ciências e biologia.

Um caminho possível para isso é adotar *pedagogias decoloniais*, que têm seu conceito atrelado à *interculturalidade crítica*. A interculturalidade crítica é um conceito cunhado pelo movimento indígena e afro equatoriano desde 1990 e que vem apontando a transformação radical das estruturas, instituições e relações existentes entre elas, configurando-se como um movimento contra-hegemônico. É um projeto político, social, epistêmico e ético de questionar, a partir do problema do poder, o padrão de racialização e de diferença colonial construídos em função disso (WALSH, 2009). É uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização, preocupando-se

[...] com a exclusão, negação e subalternização ontológica e epistêmico-cognitiva dos grupos e sujeitos racializados. [...] com as práticas de desumanização e de subordinação de conhecimentos que privilegiam alguns sobre outros, naturalizando a diferença e ocultando as desigualdades que se estruturam e se mantêm em seu interior. [...] com os seres de resistência, insurgência e oposição, os que persistem apesar da desumanização e subordinação (WALSH, 2009. p.23).

Este conceito se conecta com a educação a partir das pedagogias e práticas pedagógicas que ela expressa e exige através de propostas que retomem a diferença em termos relacionais com seu vínculo histórico-político-social e de poder, para construir e afirmar processos, práticas e

condições diferentes (WALSH, 2009). Pedagogias decoloniais, não necessariamente limitadas a instituições de educação, mas que representem ação e reflexão sobre a ação para atuar de maneira melhor, em um contínuo processo de aprendizagens, desaprendizagens e reaprendizagens.

Pedagogias como possibilidades de caminhos outros, de deslocamentos, de inversões de práticas e de conceitos herdados, e que considerem os conhecimentos das(os) subordinadas(os) como forma de desestabilizar as práticas existentes impostas, possibilitando cruzar os limites de exclusão e de marginalização. Pedagogias para além do sistema educativo, do ensino e da transmissão de saberes. Processos e práticas sociopolíticos produtivos e transformadores nas/das realidades, subjetividades, histórias e lutas, vividas em um mundo marcado e regido pela colonialidade (WALSH, 2009).

Tais pedagogias decoloniais nos inspiram a pensar práticas pedagógicas que possam contribuir na formação de professoras(es) de ciências e biologia. Podemos nos perguntar, por exemplo, que discursos e narrativas temos privilegiado no ensino de biologia? Que saberes, que sujeitos são narrados a partir dos conteúdos e das formas como trabalhamos o ensino de ciências escolar? Questionar e criticar estes modelos e apontar caminhos e práticas, pode contribuir para pensarmos outras possibilidades para a formação, ensino e aprendizagem de ciências, mais consonantes com as nossas necessidades e realidades locais. Neste sentido, propostas que contemplem perspectivas decoloniais podem contribuir para uma postura contra-hegemônica nos cursos de formação de professoras(es) de Ciências Biológicas. É dessa premissa que partimos para propormos algumas possibilidades de diálogos sobre decolonialidade a partir da literatura, inspiradas nos textos de Carolina Maria de Jesus.

### **3. O QUE TEM DE DE(COLONIALIDADE) NA OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS? POSSIBILIDADE DE DIÁLOGOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**23 de julho de 1955** - [...] - Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você. Todos tem um ideal. O meu é gostar de ler (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.26).

Carolina Maria de Jesus, conforme apresentação no início deste texto, é a personificação da resistência à subalternidade. Sua existência marginalizada ousou aparecer através de sua escrita, que revelou parte dos infortúnios, violências e resistências que a acompanharam durante toda sua vida. Sua maior luta foi contra a fome e sua resistência foi pelo direito de existir em uma sociedade que insistia em empurrá-la para a periferia do mundo. Autores como Silva (2008), caracterizam escritas como a de Carolina como literatura afro-feminina onde é possível identificar

questões recorrentes como as que dizem respeito ao lugar das mulheres negras na sociedade brasileira.

A obra *Quarto de Despejo- diário de uma favelada*, reúne relatos de seu cotidiano entre 1955 e 1960, anos em que viveu na extinta favela do Canindé, às margens do rio Tietê, em São Paulo. Ler Carolina é questionar padrões. É questionar o mundo. É questionar-se. Sua escrita é forte, impactante, provocativa e atual. Inspira análises em diversas áreas do conhecimento devido a sua importância literária e social.

Carolina nos inspira a pensar sobre decolonialidade, mesmo que ela tenha vivido sem saber o que isso significava. Decolonialidade no sentido de pensamento crítico a partir de uma subalternizada pela modernidade capitalista, partindo de sua desumanização e de suas lutas para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber (WALSH, 2009).

Quarto de Despejo é uma ferramenta de denúncia. Ao mesmo tempo, podemos apontar que ao escrever a autora significa suas experiências cotidianas, rompendo um lugar antes ocupado pelo silêncio. Cada linha é um desabafo. A voz que ele carrega, é marginal. Sua existência é protesto, como podemos identificar na própria concepção sobre o lugar que ocupa:

**15 de maio de 1958** - Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p. 32).

Propor diálogos sobre decolonialidade na formação de professores de ciências e biologia, nos parece essencial para a construção de outros modos de pensar a educação em ciências, e, fazer isso por intermédio da literatura de Carolina, nos parece duplamente importante. De um lado, porque a literatura se apresenta como potencial ferramenta para discussão de temas ligados a educação a partir de perspectivas diferentes das tradicionais, podendo inspirar práticas pedagógicas de futuras(os) docentes pautadas em uma perspectiva de diálogo intercultural. Por outro, porque visibilizar Carolina Maria de Jesus é visibilizar existências subalternizadas, abrindo espaço para diálogos sobre outras subalternidades que se apresentam com a colonialidade.

Carolina, fazendo um paralelo entre a escravidão e a fome, questiona constantemente as condições subalternas e miseráveis em que se encontra. A partir de seu lugar, faz críticas à desigualdade social.

**13 de maio de 1958** - [...] É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos [...] A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.32)

Ao traçar um paralelo entre a fome e escravidão, Carolina produz uma narrativa onde podemos identificar marcas do passado colonial. Escravidão e fome são dois lados de uma mesma

trajetória de opressão, fazem parte da mesma lógica de dominação do outro. Quijano (2005), discute o conceito de raça como uma abstração, um conceito que não está ligado às questões biológicas, mas sim com discursos construído ao longo do século XVI que funcionaram (e funcionam) promovendo a inferiorização de grupos não europeus e sua produção cultural. Carolina, ao duvidar que a escravidão tenha acabado denuncia, com pura lucidez, dias depois em seu diário, o sistema político como parte do que chama de escravidão atual.

**21 de maio de 1958** - [...] Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.39).

19

Pensando nas questões que movem esse trabalho de articulação entre literatura e formação de professores em uma perspectiva decolonial, os excertos acima nos remetem às discussões de Walsh que, tendo como base movimentos sociais equatorianos (indígenas e afro), aponta que trabalhar em perspectiva decolonial significa ter a desumanização como ponto de partida para a construção de outros modos de saber que considerem lutas de grupos subalternizados historicamente (WALSH, 2009).

Em outro trecho, no livro *Diário de Bitita*, Carolina traz memórias sobre escola e questão abolicionista

As professoras aceitavam os alunos pretos por imposição. Mas se o negro não passava de ano, as mães iam procurar as professoras [...] As professoras [...] exclamavam: - Os abolicionistas, vejam o que fizeram! Essa gente agora pensa que pode falar de igual para igual. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 1986, p.42-43).

Consideramos essa mudança de foco, dos discursos eurocentrados para os discursos subalternizados, fundamental no desenvolvimento de processos formativos docentes que visem uma reflexão profunda, crítica e comprometida com uma educação em ciências intercultural.

O capitalismo, como cerne da escravidão que aprisiona Carolina e quase todos os moradores da favela do Canindé, é denunciado pela autora. A fome, aparece como elemento central em suas narrativas. Mesmo frente aos avanços sociais políticos e econômicos das últimas décadas, a desigualdade social é um fato inegável no contexto latino-americano, que pode ser compreendido como uma forma de colonialidade, que oprime e anula o Outro e que marca um modo de exclusão (Santos, 2018).

**08 de junho de 1958** - Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza [...] A sogra da Dona Ida estava sentada e disse: - Podia dar uma enchente e arrazar a favela e matar estes pobres [...] que só serve para amolar os outros (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.55-56)

**14 de junho de 1958** - [...] Enquanto eu esperava na fila para ganhar bolachas [...] Outra mulher reclamava que passou numa casa e pediu esmola. A dona da casa surgiu com um

embrulho e deu-lhe [...] Quando desfez o embrulho viu que eram ratos mortos (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.61-62).

**14 de junho de 1958** - [...] Uma senhora que regressava da feira disse-me para eu ir buscar papeis na rua Porto Seguro, no prédio da esquina [...] No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnancia. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.110-111).

Assim como o capitalismo sustenta muitos modos de exclusão, a ideia da favela como um lugar menos civilizado, provinciano (irracional), e dos centros urbanos como endereços da *modernidade* (civilização), autoriza o racismo de falas e atitudes como as destacadas pelas escritora nos excertos acima. Podemos fazer um paralelo com a afirmação de Dussel (2005), de que se a cidade (Europa) representava o que de mais moderno poderia haver em termos de civilização, era exigência moral que todos os outros povos fossem adequados ao seu modo de vida - autorizando violências com vistas a destruir obstáculos à modernização (DUSSEL, 2005).

Essa é a mesma lógica que legitima a desvalorização de saberes e territórios de povos tradicionais. Tais discussões trazem importantes contribuições para a formação de professores de ciências e biologia, uma vez que remetem à questões socioambientais significativas em nosso tempo. Contribuem para compreender as questões ambientais como intrinsecamente vinculadas à construções históricas sobre natureza/modernização/periferia, que nada têm de neutras, mas que ao contrário disso, refletem colonialidades do poder, do saber e do ser.

Carolina, não se cala diante das injustiças, e através da escrita expõe seus dramas e angústias, seus medos e frustrações, algumas vezes com certa ironia e humor. É também através da escrita que questiona e denuncia constantemente os políticos de sua época, reivindicando o lugar social do pobre, da favela (Lopes, 2010).

**16 de maio de 1958** - [...] Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos politicos. (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.33).

**19 de maio de 1958** - [...] O que o senhor Juscelino tem de aproveitavel é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos [...] Cuidado sabiá, para não perder essa gaiola, porque o gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são gatos. Tem fome (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.35).

Outro questionamento constante por parte da autora, refere-se às condições subalternas e desumanas vivenciadas pelos negros e pobres no Brasil, bem como as discriminações que sofriam em sua época (e que sofrem ainda hoje). Para Quijano (2005), juntamente com o capitalismo, a racialização foi uma maneira de legitimar a exploração dos territórios, com o propósito de naturalizar as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus.

**07 de junho de 1958-** [...] Quando fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena [...] - O senhor espera que eu vou vender este papel e dou-te cinco

cruzeiros para o senhor tomar uma media [...] - Eu não quero. A senhora cata estes papeis com tantas dificuldades para manter os teus filhos [...] Este serviço que a senhora faz é serviço de cavalo [...] Eu sei que vou morrer porque a fome é a pior das enfermidades (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p.54)

**20 de setembro de 1958** - Fui no empório, levei 44 cruzeiros [...] Uma senhora que fez compras gastou 43 cruzeiros. E o senhor Eduardo disse: - Nos gastos quase que vocês empataram. Eu disse: - Ela é branca. Tem direito de gastar mais (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014, p. 122).

A colonialidade, portanto, sobrevive até hoje "[...] no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos" (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131, tradução nossa), conforme podemos perceber nos relatos de Carolina.

**29 de maio de 1958-** [...] Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas [...] Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças paupérrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. (JESUS, 2014, p.46)

**07 de outubro de 1958** - Morreu um menino aqui na favela. Tinha dois meses. Se vivesse ia passar fome (JESUS, 2014, p.124).

**24 de dezembro de 1958** - [...] No centro Espirita [...] Passou um senhor, parou e nos olhou. E disse perceptível: - Será que este povo é deste mundo? Eu achei graça e respondi: - Nós somos feios e mal vestidos, mas somos deste mundo (JESUS, 2014, p.145).

Assim como o racismo epistêmico invisibilizou(a) outras epistemes e saberes em prol da manutenção da hegemonia do conhecimento europeu (MALDONADO-TORRES, 2008), Carolina Maria de Jesus também sofreu múltiplas tentativas de invisibilização por sua condição de mulher, mãe solo, negra, pobre e escritora. Quanto ao último item, não bastou vender milhares de exemplares<sup>4</sup> do livro *Quarto de Despejo* (algo jamais visto para uma escritora negra, em especial em sua época), e ter deixado a favela para que fosse aceita pela elite (MULLER & ROSA, 2018). A crítica conservadora insistiu em não reconhecer sua legitimidade, articulando um movimento de recusa à sua autoria, a fim de excluí-la dos meios e das referências literárias.

Carolina conhecia bem seu lugar de fala, e sua escrita contra-hegemônica rompeu paradigmas ao escrever na e da favela, apresentando uma escrita literária entrelaçada com as questões mais sensíveis do seu tempo. Mesmo assim, no meio literário, muitas vezes é apresentada como *iletrada*, a despeito do pouco contato que teve com o estudo sistematizado (MULLER & ROSA, 2018). Outras tantas vezes, negaram-lhe o título de autora por não considerarem suas obras como sendo literatura. Isso nos faz refletir sobre

---

<sup>4</sup> Foram vendidos 10 mil exemplares do livro na primeira semana do lançamento. O livro foi traduzido para 13 línguas e circulou em cerca de 40 países.

Quem legitima o que pode e o que não pode ser considerado literatura no Brasil? E os escritores e suas obras? Por que uns, e não outros? Por que não Carolina Maria de Jesus? Por que Clarisse Lispector? Elas não foram contemporâneas? Ambas não escreveram sobre as profundas dores femininas sentidas no âmago do ser? (MULLER & ROSA, 2018, p.261).

A crítica literária, que questionava o verdadeiro valor de seus escritos e o Golpe Militar de 1964, terminam de expulsar Carolina da sala de visitas, fazendo-a novamente procurar uma margem para ocupar (Santos, 2018). Mudou-se para o bairro Santana/SP logo após o sucesso de vendas de seu primeiro livro, onde foi mal recebida pelas(os) vizinhas(os). Como não se calava, brigou com todas(os) elas(es), e mudou-se para um sítio em Parelheiros/SP, de onde continuou escrevendo sobre sua "nova" vida e suas memórias. Custeou o lançamento de alguns de seus livros, visto que as editoras não mais se interessavam por ela. Mesmo assim, escreveu até o fim de sua vida em 1977, quando marcou sua despedida com o livro *Diário de Bitita*, uma coletânea de memórias desde sua infância em Sacramento/MG até sua chegada à São Paulo. Os cadernos que compuseram o livro, foram entregues a jornalistas franceses que vieram ao Brasil entrevistar Carolina. A obra, portanto, foi publicada em 1982 na França e depois traduzida para o português e lançada no Brasil em 1983.

Quando os pretos falavam: - Nós agora estamos em liberdade - eu pensava: "Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? (CAROLINA MARIA DE JESUS, 1986, p.56).

#### 4. CONCLUSÕES

A proposição de diálogos sobre decolonialidade na formação de professores de ciências e biologia, a partir da literatura de Carolina Maria de Jesus, aqui apresentada, foi inspirada teoricamente nos estudos decoloniais do grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade. Os elementos abarcados neste trabalho, apresentam uma possibilidade de apontar caminhos outros, deslocamentos, inversões de práticas e de conceitos herdados na tentativa de desnaturalizar a desigualdade estruturante e colonializante a que estamos sujeitas(os) também na educação em ciências

Visibilizar sujeitas(os) subalternas(os) e subalternizadas(os), como tentamos demonstrar a partir de obras de Carolina, a fim de que suas falas sejam ouvidas, lidas, refletidas e referenciadas, é um objetivo que esperamos em alguma medida ter alcançado. Nos posicionamos, assim, em defesa de uma educação em perspectiva decolonial, que seja antes de tudo antirracista, contra-hegemônica e propositiva. Defendemos também, uma formação de professores

comprometida eticamente em questionar os padrões hegemônicos e em reconhecer e minimizar a ação de mecanismos de exclusão social.

Sem a intenção de esgotar o potencial de discussões suscitados pelos textos apresentados, o que propomos, ainda que de modo inicial, foi uma perspectiva de trabalho com literatura que possa contribuir para a formação de professoras(es) de ciências e biologia. Acreditamos, que as obras de Carolina Maria de Jesus apresentam potencial interessante para subsidiar discussões sobre justiça social, racismo, papel social da educação, decolonialidade e questões socioambientais, além de apresentarem a possibilidade de tomarmos consciência do nosso próprio lugar de subalternas(os) na lógica colonialista vigente.

## **DIALOGUES INSPIRED IN CAROLINA MARIA DE JESUS: DECOLONIALITY ON THE TRAINING OF SCIENCE TEACHERS**

### **ABSTRACT**

This work aims to present possibilities of dialogues about decoloniality on the training of science teachers from two literary works of Carolina Maria de Jesus - *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* and *Diário de Bitita*. For this, we present some concepts from the theoretical perspective called Modernity/Coloniality, whose studies have inspired approximations and dialogues with the Brazilian education. In a second moment we present some excerpts from Carolina's book, highlighting relationships with decoloniality and training of science and biology teachers. We believe that the work perspective including literature presented here, helps to emerge dialogues about social justice, racism, the social role of education, decoloniality and socio-environmental issues, contributing for the training of science and biology teachers.

**Keywords:** teacher training; literature; decoloniality.

### **REFERÊNCIAS**

BALLESTRIN, L. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

CASSIANI, S. **Reflexões sobre os efeitos da transnacionalização de currículos e da colonialidade do saber/poder em cooperações internacionais: foco na educação em ciências**. Ciência & Educação, Bauru, v. 24, n. 1, p. 225-244, 2018.

CORONEL, L.P. **O direito de sonhar em Carolina Maria de Jesus**. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LICARIÃO, Berttoni; NAKAGOME, Patrícia. Literatura e Resistência. Ed.1, Porto Alegre, 2018, p. 111-125.

DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, p.24-32.

JESUS, C.M. **Diário de Bitita**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 3 ed., 1986, 202p.

\_\_\_\_\_. **Quarto de Despejo: Diário de uma favelada**. Editora Ática, São Paulo, 10 ed., 2018, 199p.

LOPES, E. A. **A importância da leitura e da escrita para Carolina Maria de Jesus: uma análise do seu Quarto de despejo**. In: DUARTE, Constança Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Org.). Falas do outro: literatura, gênero, etnicidade. 1ed. Belo Horizonte - MG: Nandyala, 2010, v. 1, p. 171-177.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. 2007, p. 127- 167.

MALDONADO-TORRES, N. **A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade**. Tradutora: FERREIRA, Inês Martins. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.80, Março 2008, p. 71-114.

MULLER, M.P.; ROSA, S. **Impactos sociais da escrita de Carolina Maria de Jesus na escola**. Palimpsesto, 2018, v.17, n.26, p. 254-271.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, p. 107-130.

SILVA, A. S. S. Memórias e (Re) invenções de Identidades na Literatura Afro-feminina. Anais: XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo: USP, 13 a 17 de julho de 2008.

WALSH, C. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir re-existir e re-viver**. In: CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro, 2009, p. 12- 42.

Recebido em 16 de junho de 2019. Aprovado em 01 de julho de 2019.